



REGULAMENTO DOS CURSOS VOCACIONAIS

Índice

PREÂMBULO

CAPÍTULO I - Funcionamento Geral

- Artigo 1º - Contextualização
- Artigo 2º - Organização dos Cursos Vocacionais
- Artigo 3º - Matrículas
- Artigo 4º - Gestão dos Espaços
- Artigo 5º - Manuais Escolares e Materiais de Apoio

CAPÍTULO II - Organização Pedagógica

- Artigo 6º - Diretor de Turma
- Artigo 7º - Docentes dos Cursos Vocacionais
- Artigo 8º - Serviço Docente nos Cursos Vocacionais
- Artigo 9º - Visitas de Estudo

CAPÍTULO III - Prática Simulada

- Artigo 10º - Âmbito e definição
- Artigo 11º - Planificação
- Artigo 12º - Responsabilidades da Escola
- Artigo 13º - Responsabilidades do professor orientador
- Artigo 14º - Responsabilidades da entidade de acolhimento
- Artigo 15º - Responsabilidades do aluno
- Artigo 16º - Assiduidade na prática simulada
- Artigo 17º - Avaliação da prática simulada

CAPÍTULO IV - Alunos

- Artigo 18º - Direitos dos Alunos
- Artigo 19º - Deveres dos Alunos
- Artigo 20º - Regime de Assiduidade

CAPÍTULO V - Avaliação

- Artigo 21º - Avaliação
- Artigo 22º - Avaliação formativa
- Artigo 23º - Critérios de Avaliação
- Artigo 24º - Funcionamento da equipa pedagógica/ conselho de turma
- Artigo 25º - Avaliação Sumativa Interna
- Artigo 26º - Recuperação de módulos em atraso
- Artigo 27º - Prova Extraordinária de Avaliação
- Artigo 28º - Classificação do curso
- Artigo 29º - Prosseguimento de estudos

CAPÍTULO IV - Considerações Finais

- Artigo 30º - Revisão do Regulamento dos Cursos Vocacionais
- Artigo 31º - Legislação

PREÂMBULO

O presente Regulamento dos Cursos Vocacionais, cujas orientações estão em harmonia com as disposições decorrentes da aplicação da Portaria n.º 292-A/2012 de 26 de setembro, que implementou a experiência piloto destes cursos no ano letivo de 2012-2013, e do Despacho n.º 4653/2013, de 3 de abril, que estendeu este modelo de formação a todas as agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas públicas e privadas, tem a sua elaboração pautada por preocupações de rigor, de objetividade e de clareza, de cumprimento das disposições legais em vigor e em consonância com as características específicas das referidas formações. Ao mesmo tempo, procurou-se criar um documento funcional e, sobretudo, de fácil aplicação, legitimado por uma forte componente prática e exclusivamente vocacionado para a orientação permanente dos cursos vocacionais.

CAPÍTULO I - Funcionamento Geral

Artigo 1.º - Contextualização

1. Ao processo de observância do dever da frequência, nos termos da lei, os alunos são responsáveis pelo cumprimento do dever de assiduidade. Estes princípios são estabelecidos em conformidade com a Lei 51/2012 de 5 de setembro, que aprova o Estatuto do Aluno e Ética Escolar, da Portaria n.º 292-A/2012 de 26 de setembro e do Despacho n.º 4653/2013 de 3 de abril.
2. Como consequência do legalmente estabelecido, é dever do aluno a frequência de, pelo menos 90% dos tempos letivos de cada módulo, integrando as componentes geral, complementar e vocacional e participar integralmente na prática simulada estabelecida. As situações excecionais de faltas justificadas são analisadas pelo conselho de turma e objeto de recuperação por parte do aluno.
3. No âmbito da sua autonomia pedagógica, a escola define modalidades especiais de progressão modular, nomeadamente quando, por motivos não imputáveis à escola, o aluno não cumpriu, nos prazos previamente definidos, os objetivos de aprendizagem previstos.
4. Para dar conformidade aos pontos anteriores, cabe à escola assegurar o número de horas de formação previsto na matriz dos cursos vocacionais.

Artigo 2º - Organização dos Cursos Vocacionais

1. Estrutura Curricular
Estes cursos têm uma estrutura curricular organizada por módulos de formação, com uma duração total de um ou dois anos.
2. Componentes de Formação
O plano de estudos inclui três componentes de formação:
 - Geral;
 - Complementar;
 - Vocacional, que inclui obrigatoriamente uma componente de prática simulada.
3. Matriz Curricular - a matriz curricular tem como referência a Portaria n.º 292-A/2012 de 26 de setembro.

2º CICLO	
Componentes de formação	Total de horas anuais efetivas (60')
Geral	
Português	135
Matemática	135
Inglês	65
Educação Física	65
<i>Subtotal</i>	400
Complementar	
História/Geografia	130
Ciências Naturais	
Vocacional	
Atividade vocacional A	360
Atividade vocacional B	
Atividade vocacional C	
Prática simulada:	
Atividade vocacional A	70
Atividade vocacional B	70
Atividade vocacional C	70
<i>Subtotal</i>	210
<i>Total</i>	1 100

3º CICLO	
Componentes de formação	Total de horas anuais efetivas (60')
Geral	
Português	110
Matemática	110
Inglês	65
Educação Física	65
<i>Subtotal</i>	350
Complementar	
História/Geografia	180
Ciências Naturais/Físico-Química	
2.ª língua (a criar conforme a natureza do curso)	
Vocacional	
Atividade vocacional A	360
Atividade vocacional B	
Atividade vocacional C	
Prática simulada:	
Atividade vocacional A	70
Atividade vocacional B	70
Atividade vocacional C	70
<i>Subtotal</i>	210
<i>Total</i>	1 100

Artigo 3º - Matrículas

1. O encaminhamento dos alunos para cursos vocacionais no ensino básico deve ser precedido de um processo de avaliação vocacional, a desenvolver pelos psicólogos escolares, que mostre ser esta via adequada às necessidades de formação dos alunos. Os alunos devem ter, à data da matrícula, mais de treze anos e duas retenções no mesmo ciclo ou três retenções em ciclos distintos.
2. Concluído o processo de avaliação vocacional previsto no número anterior, o encarregado de educação do aluno que vai ingressar no curso vocacional deve declarar por escrito se aceita ou não a frequência do curso vocacional e a realização da prática simulada pelo aluno, em documento a elaborar pela escola para este efeito.
3. O processo de matrícula, no primeiro ano, deve ser acompanhado pelos Serviços de Psicologia e Orientação, de agora adiante designado por SPO, quem compete:
 - 3.1. Esclarecer os candidatos sobre:
 - i. o regime de funcionamento dos cursos;
 - ii. o plano curricular;
 - iii. o regime de assiduidade;
 - iv. o regime de avaliação;
 - v. outros aspetos pedagógicos considerados pertinentes.

Artigo 4º - Gestão de Espaços

Às turmas destes cursos, deve o Diretor atribuir espaços específicos próprios, de acordo com a disponibilidade das instalações da escola e em articulação com os restantes cursos do Ensino Regular, laboratórios e oficinas, que possibilitem o integral cumprimento das planificações dos diferentes módulos.

Artigo 5º - Manuais Escolares e Materiais de Apoio

1. Não havendo enquadramento legal para adoção de manuais escolares nos cursos vocacionais, o acompanhamento à leção dos diferentes módulos, pode revestir uma das seguintes formas:
 - i. textos de apoio elaborados pelo(s) professor(es) da disciplina;
 - ii. correta organização do caderno diário.

CAPÍTULO II - Organização Pedagógica

Artigo 6º - Diretor de Turma

1. A nomeação dos Diretores de Turma deve ser feita, preferencialmente, de entre os professores da turma.
2. O Diretor de Turma é nomeado, preferencialmente, pelo tempo previsto para a duração do curso.
3. São competências do Diretor de Turma:
 - a) Coordenação da equipa pedagógica;
 - b) Assegurar a articulação das atividades do curso com o Projeto Educativo de Escola;
 - c) Colaborar com as restantes estruturas de orientação educativa na integração dos alunos no curso;
 - d) Controlar a assiduidade dos alunos;
 - e) Fornecer aos alunos e, quando for o caso, aos seus encarregados de educação, pelo menos três vezes em cada ano letivo, informação global sobre o percurso formativo do aluno;
 - f) Identificar o perfil da evolução dos alunos, fundamentado na avaliação de cada módulo e na progressão registada em cada disciplina,
 - g) Intervir junto dos alunos e encarregados de educação quando solicitado;
 - h) Colaborar com os docentes responsáveis pela Prática Simulada;

- i) Presidir às reuniões de Conselho de Turma.
- j) Organização e manutenção do Dossiê de Curso, que deve conter, entre outros, os seguintes itens:
 - Cronograma geral do Curso
 - Planos Anuais de cada disciplina
 - Conteúdos Programáticos
 - Pautas dos Módulos
 - Pautas de Período
 - Atas de Avaliação
 - Convocações
 - Documentos de Suporte às Reuniões
 - Legislação
 - Diversos

Artigo 7º - Docentes dos Cursos Vocacionais

1. Os Docentes dos Cursos Vocacionais gozam de todos os direitos e deveres comuns aos restantes professores do AECISTER.
2. Atendendo às características específicas dos Cursos Vocacionais, acrescem os direitos e deveres a seguir enunciados:
 - a) Cumprir integralmente o número de horas de formação previsto para cada ano e disciplina;
 - b) Em situações de falta de assiduidade, os docentes dos Cursos Vocacionais devem adotar os procedimentos previstos no artigo oito;
 - c) Formalizar a Avaliação dos módulos através do preenchimento da Pauta respetiva e enviá-la por correio eletrónico ao Diretor(a) de Turma e à Direção;
 - d) Registar o Termo de módulo no respetivo Livro e calcular e averbar a média da disciplina quando avalia o último módulo;
 - e) Organizar o seu trabalho de forma a evitar a entrega de Pautas de Avaliação de Módulos ao Diretor de Turma nos dois dias anteriores à realização das reuniões de Conselho de Turma do final de Período;
 - f) Contribuir, no seu melhor saber, para o sucesso dos alunos através de práticas pedagógicas exigentes e simultaneamente flexíveis, adequadas à sua disciplina e ao perfil do Curso;
 - g) Motivar os alunos a concluir os módulos em atraso e contratualizar com eles um novo momento de avaliação, nos trinta dias subsequentes à conclusão de cada módulo;
 - h) Colaborar com os outros membros do Conselho de Turma e os Órgãos de gestão intermédia no controle disciplinar dos alunos da(s) turma(s);
 - i) Elaborar o programa da disciplina, tendo em conta a carga horária legalmente estabelecida, organizando esse programa em módulos aos quais deve ser atribuída uma designação (número de ordem e nome);
 - j) Organizar materiais de estudo para os alunos e disponibilizá-lo em dossier junto dos serviços de reprografia ou através de meios informáticos.

Artigo 8º - Serviço Docente nos Cursos Vocacionais

Face à natureza destes cursos, que exige a lecionação da totalidade das horas previstas para cada disciplina, de forma a assegurar a certificação, torna-se necessário a reposição das aulas não lecionadas.

Neste sentido:

- a) As aulas previstas e não lecionadas por colocação tardia dos professores ou por falta de assiduidade do aluno ou do professor, devidamente justificada, devem ser recuperadas sempre que possível, em tempos semanais atribuídos para esse efeito ou lecionadas nos períodos de interrupção letiva, a fim de permitir o cumprimento do número de horas estabelecido. Estas horas carecem de autorização por parte do encarregado de educação. Também, em Conselho de Turma, se podem estabelecer outros mecanismos de recuperação, tendo em vista o cumprimento dos objetivos de formação inicialmente definidos.
- b) A gestão da compensação das aulas em falta, referida atrás, é planeada em reunião do Conselho de Turma e comunicada, pelo professor da disciplina, ao Diretor de Turma;
- c) A permuta entre docentes deve ser feita quando os respetivos horários sejam compatíveis, não sendo marcada falta ao docente se a aula for efetivamente reposta.

- d) Nas aulas não lecionadas será marcada falta ao professor. Esta falta, embora provisória, será justificada pelo professor e, após a sua compensação, será comunicado aos serviços em impresso próprio, não produzindo efeitos para fins de contabilização de faltas do professor.
- e) A contabilização do número de horas lecionadas pelo docente, em cada módulo, é responsabilidade do professor do módulo e do Diretor de Turma. O número total de horas tem de estar de acordo com a carga horária estipulada para o módulo, caso contrário, têm de ser utilizados os mecanismos de recuperação.

Artigo 9º - Visitas de Estudo

- 1. As visitas de estudo, neste tipo de cursos, têm importância acrescida. São um complemento à aprendizagem na aula e podem funcionar como mobilização dos alunos e uma oportunidade de aproximação à realidade do trabalho que os mesmos vão encontrar, quando da formação em contexto de trabalho. Os professores, os grupos disciplinares e o conselho de turma, devem trabalhar no sentido de propor visitas de estudo.
- 2. Aos docentes de turmas dos cursos vocacionais, envolvidos em visitas de estudo, são consideradas aulas dadas as que constarem no horário da turma, referentes à sua disciplina.
- 3. Os docentes de turmas de cursos vocacionais não participantes em visitas de estudo têm que repor as aulas correspondentes a(os) dias ocupados nas visitas.
- 4. As horas efetivas destas atividades convertem-se em tempos letivos de acordo com os blocos previstos para o turno da manhã (6 tempos 45m) e turno da tarde (6 tempos 45m), até ao máximo de 12 tempos diários. Assim:
 - a. Atividade desenvolvida só no turno da manhã: 6 tempos;
 - b. Atividade desenvolvida só no turno da tarde: 6 tempos.
 - c. Os tempos letivos devem ser divididos pelos professores organizadores e acompanhantes.
- 5. Estes tempos serão sumariados no livro de ponto, escrevendo “Visita de estudo da turma ...”.
- 6. Se os docentes envolvidos tiverem no seu horário aulas com outra(s) turma(s), devem proceder de acordo com o previsto na lei.
- 7. Dadas as características práticas destes cursos, a participação dos alunos nestas atividades é fundamental, pelo que deve ser promovida a sua participação. No caso de o aluno não poder comparecer à visita, deve ser encaminhado para a BE, com a indicação das atividades a realizar. As atividades a realizar devem ser propostas pelos professores que vão contabilizar essas horas.

CAPÍTULO III - Prática Simulada

Artigo 10º - Âmbito e Definição

- 1. A prática simulada da atividade vocacional terá lugar no final da leção e destina-se a uma demonstração da atividade prática, não devendo exceder a duração de 210 horas, equitativamente distribuídas pelas três áreas vocacionais.
- 2. As condições e os termos de funcionamento da prática simulada devem ser estabelecidos em protocolo autónomo a celebrar entre a empresa ou instituição em que esta irá decorrer e o agrupamento de escolas ou escola em que o curso vocacional se desenvolve, e os Encarregados de Educação.
- 3. O protocolo inclui o plano de formação, as responsabilidades das partes envolvidas e as normas de funcionamento da prática simulada.

Artigo 11º - Planificação

- 1. A prática simulada desenvolve-se segundo um plano previamente elaborado pelos professores orientadores e pela entidade de acolhimento, o qual é assinado pelo órgão competente da escola, pela entidade de acolhimento e pelo encarregado de educação.
- 2. O plano da prática simulada identifica:
 - a) Os objetivos.
 - b) Os conteúdos a abordar.
 - c) A programação das atividades.
 - d) O período ou períodos em que a prática simulada se realiza, fixando o respetivo calendário.
 - e) O horário a cumprir pelo aluno;

- f) O local ou locais de realização;
- g) As formas de acompanhamento e de avaliação.
- h) Os direitos e deveres dos diferentes intervenientes, da escola e da entidade onde se realiza a prática simulada.

3. A prática simulada deve ser ajustada ao horário de funcionamento da entidade de acolhimento, não devendo a duração semanal ultrapassar as trinta e cinco horas, nem a duração diária as sete horas.
4. A orientação e o acompanhamento do aluno, durante a prática simulada, são partilhados, sob coordenação da escola, entre esta e a entidade de acolhimento, cabendo à última designar o respetivo tutor.
5. Os alunos têm direito a um seguro que garanta a cobertura dos riscos das deslocações a que estiverem obrigados, bem como das atividades a desenvolver.
6. Na prática simulada os alunos devem elaborar um relatório por cada atividade vocacional, o qual dará origem a um relatório final discriminando todas as atividades desenvolvidas e a sua autoavaliação.

Artigo 12º- Responsabilidades da escola

1. Assegurar a realização da prática simulada aos seus alunos, nos termos definidos na lei.
2. Assegurar a elaboração do protocolo com a entidade de acolhimento.
3. Assegurar a elaboração e a assinatura dos contratos de formação com o aluno e seus encarregados de educação se aqueles forem menores.
4. Assegurar a elaboração do plano da prática simulada, bem como a respetiva assinatura por parte de todos os intervenientes.
5. Assegurar o acompanhamento da execução do plano da prática simulada.
6. Assegurar a avaliação do desempenho do aluno, em colaboração com a entidade de acolhimento;
7. Assegurar que o aluno se encontra a coberto de seguro em toda a atividade da prática simulada.
8. Designar o(s) professor(es) orientador(es) da prática simulada, de entre os professores que lecionam as disciplinas da componente da formação técnica.

Artigo 13º- Responsabilidades do professor orientador

1. Elaborar o plano de trabalho do aluno, em articulação com o diretor de turma e, quando for o caso, com os demais órgãos e estruturas de coordenação e supervisão pedagógica competentes, bem como com os restantes professores do curso e o tutor designado pela entidade de acolhimento do aluno.
2. Acompanhar a execução do plano de trabalho do aluno, nomeadamente através de deslocações periódicas aos locais em que a mesma se realiza, pelo menos duas vezes por período de prática simulada;
3. Avaliar, em conjunto com o tutor designado pela entidade de acolhimento, o desempenho do aluno.
4. Acompanhar o aluno na elaboração dos relatórios da prática simulada.
5. Propor ao conselho de turma, ouvido o tutor, a classificação do aluno na prática simulada.

Artigo 14º- Responsabilidades da entidade de acolhimento

1. Designar o tutor.
2. Colaborar na elaboração do protocolo e do plano de trabalho da prática simulada.
3. Colaborar no acompanhamento e na avaliação do desempenho do aluno na prática simulada.
4. Assegurar o acesso à informação necessária ao desenvolvimento da prática simulada, nomeadamente no que diz respeito à integração socioprofissional do aluno na entidade.
5. Atribuir ao aluno tarefas que permitam a execução do plano de trabalho.
6. Controlar a assiduidade e pontualidade do aluno.

Artigo 15º- Responsabilidades do aluno

1. Cumprir, no que lhe compete, o plano de trabalho.
2. Respeitar a organização do trabalho na entidade de estágio e utilizar com zelo os bens, equipamentos e instalações da mesma.
3. Não utilizar sem prévia autorização da entidade de acolhimento a informação a que tiver acesso durante a prática simulada.
4. Ser assíduo, pontual e estabelecer boas relações de trabalho.
5. Justificar as faltas perante o diretor de turma, de acordo com as normas internas da escola e da entidade de acolhimento.
6. Elaborar o relatório final da prática simulada.

Artigo 16º- Assiduidade na prática simulada

1. A assiduidade do aluno é controlada pelo preenchimento da folha de ponto, a qual deve ser assinada pelo aluno e pelo tutor e entregue semanalmente ao professor orientador.
2. O aluno deve participar integralmente na prática simulada estabelecida.
3. Em situações excepcionais, quando a falta de assiduidade do aluno for devidamente justificada, o período de estágio poderá ser prolongado, a fim de permitir o cumprimento do número de horas estabelecido.

Artigo 17º- Avaliação da prática simulada

1. A avaliação no processo da prática simulada assume caráter contínuo e sistemático e permite, numa perspectiva formativa, reunir informação sobre o desenvolvimento das aprendizagens, possibilitando, se necessário, o reajustamento do plano de formação.
2. A avaliação assume também um caráter sumativo, conduzindo a uma classificação final da prática simulada.
3. A avaliação final da prática simulada tem por base os respetivos relatórios, que são elaborados pelo aluno e devem descrever as atividades desenvolvidas no período de formação, bem como a sua auto-avaliação.
4. A avaliação da prática simulada deverá responder aos seguintes itens, que se constituem como elementos aferidores:
 - a) Qualidade e rigor da expressão escrita e dos suportes materiais que enformam os relatórios.
 - b) Qualidade do trabalho realizado na entidade de acolhimento.
 - c) Aplicação das normas de segurança e higiene no trabalho.
 - d) Assiduidade e pontualidade.
 - e) Integração na entidade de acolhimento.
5. O relatório final é apreciado pelo professor orientador e pelo tutor, que elaboram uma informação conjunta sobre o aproveitamento do aluno, com base no referido relatório e nos elementos recolhidos durante o acompanhamento da prática simulada.
6. Na sequência da informação referida no número anterior, o professor orientador propõe ao conselho de turma, ouvido o tutor, a classificação do aluno na prática simulada.
7. A classificação final é determinada pela média aritmética da classificação de cada área vocacional e expressa-se na escala de 0 a 20 valores.

CAPÍTULO IV - Alunos

Artigo 18º - Direitos dos alunos

1. Durante a frequência do Curso, o aluno tem direito a:
 - a) Participar na formação de harmonia com os programas, metodologias e processos de trabalho definidos;
 - b) Beneficiar de seguro escolar, durante o tempo de formação teórico-prática, e de seguro contra acidentes pessoais, durante o tempo de prática simulada, nos termos constantes da respetiva apólice.
2. No final da formação, o aluno tem direito a receber um diploma que certifique a conclusão do curso vocacional.

Artigo 19º - Deveres dos Alunos

1. Constituem deveres do aluno:
 - a) Cumprir todos os princípios inerentes ao curso, nomeadamente:
 - Assiduidade;
 - Pontualidade;
 - Respeito;
 - Responsabilidade.
 - b) Cumprir o Estatuto do Aluno, o Regulamento Interno e o presente Regulamento específico;
 - c) Justificar as faltas, invocando sempre os motivos que são apreciados e ponderados quando necessário;

Artigo 20º - Regime de Assiduidade

1. O regime de faltas dos alunos dos Curso Vocacionais encontra-se definido pela Lei nº 51/2012 (Estatuto do Aluno e Ética Escolar) e Portaria nº 292 - A/2012, de 5 de setembro;
2. A Portaria nº292-A/2012 define que no cumprimento do plano de estudos, para efeitos de conclusão do curso com aproveitamento, os alunos têm de assistir a pelo menos 90 % dos tempos letivos de cada módulo integrando as componentes geral, complementar e vocacional e participar integralmente na prática simulada estabelecida.
3. A justificação das faltas segue o determinado por lei e no Regulamento do AECISTER.
4. Quando a falta de assiduidade do aluno for devidamente justificada, nos termos da Lei 51/2012 de 5 de setembro (Estatuto do Aluno e Ética Escolar), as escolas devem assegurar:
 - a) no âmbito das disciplinas do curso:
 - i) o prolongamento das atividades até ao cumprimento do número total de horas de formação estabelecidas ou
 - ii) a realização de atividades de recuperação da aprendizagem no(s) módulo(s) em causa, orientado pelo professor da disciplina e pelo Diretor de Turma, que lhe permita compensar as faltas em excesso e repor as aprendizagens respetivas; as atividades de recuperação definidas devem ser devidamente registadas pelo(s) docente(s) em causa e ser arquivadas pelo Diretor de Turma no processo individual do aluno;
 - b) no âmbito da prática simulada, o seu prolongamento a fim de permitir o cumprimento do número de horas estabelecido.
5. Mantendo-se a situação configurada na redação do ponto 4 e caso o aluno não cumpra as atividades de recuperação da aprendizagem, será excluído por faltas no(s) módulo(s) em causa.
6. Não é permitida a anulação de matrícula, salvo quando se refere a alunos com idade igual ou superior a 18 anos;
7. Controlo e Acompanhamento das Faltas
 - a) Cabe ao Diretor de Turma, observar os motivos que levam às faltas dos alunos, dando deles conhecimento, em Conselho de Turma, aos restantes professores.
 - b) O Diretor de Turma deve avisar por carta, ou de modo mais expedito caso se justifique, o Encarregado de Educação das faltas do seu educando, quando ele atinja metade do limite de faltas em cada módulo de cada disciplina, sem prejuízo da verificação dos limites impostos e Portaria nº 292 - A/2012, de 5 de setembro;
 - c) Nas reuniões periódicas do Conselho de Turma, os professores tomam conhecimento da assiduidade dos alunos e, sempre que possível, devem encontrar as estratégias que lhes pareçam adequadas para melhorar o nível de assiduidade.
 - d) No final de cada período, do documento a entregar ao Encarregado de Educação, constam todas as faltas dadas pelo aluno, em cada disciplina, de forma cumulativa, diferenciando as faltas injustificadas, as justificadas e as justificadas onde foram cumpridos mecanismos de recuperação.

CAPÍTULO V - Avaliação

Artigo 21º - Avaliação

1. A avaliação incide sobre os conhecimentos e capacidades a adquirir e a desenvolver no âmbito das disciplinas respeitantes a cada uma das componentes de formação e no plano de formação da prática simulada;
2. A avaliação assume caráter diagnóstico, formativo e sumativo, visando, designadamente:

- a) Informar o aluno e o encarregado de educação e outras pessoas ou entidades legalmente autorizadas, quando for o caso, sobre os progressos, as dificuldades e os resultados obtidos na aprendizagem, esclarecendo as causas de sucesso ou insucesso;
- b) Adequar e diferenciar as estratégias de ensino, estimulando o desenvolvimento global do aluno nas áreas cognitiva, afetiva, relacional, social e psicomotora;
- c) Certificar a aprendizagem realizada;
- d) Contribuir para a melhoria da qualidade do sistema educativo, possibilitando a tomada de decisões para o seu aperfeiçoamento e reforço da confiança social no seu funcionamento.

Artigo 22º - Avaliação formativa

A avaliação formativa é contínua e sistemática e tem função diagnóstica, permitindo ao professor, ao aluno e ao encarregado de educação obter informações sobre o desenvolvimento das aprendizagens, com vista à definição e ao ajustamento de processos e estratégias.

Artigo 23º - Critérios de Avaliação

1. No início das atividades escolares, o conselho pedagógico, ouvidos os professores e as estruturas de coordenação e supervisão pedagógica, nomeadamente o diretor de turma, define os critérios e os procedimentos de avaliação a aplicar tendo em conta a dimensão integradora da avaliação, incluindo, designadamente:
 - a) As condições de desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem;
 - b) A dimensão transdisciplinar das atividades a desenvolver;
 - d) As estratégias de apoio educativo;
 - e) A participação dos alunos em projetos de ligação entre a escola, a comunidade e o mundo do trabalho.
2. **Classificações**
 - a) A avaliação será modular, devendo seguir a escala de 0 a 20 valores e é atribuída a cada um dos módulos de cada disciplina e à prática simulada.
 - b) Atendendo à lógica modular, a notação formal de cada módulo, a publicar em pauta, só terá lugar quando o aluno atingir a classificação mínima de 10 valores.
 - c) A classificação final de cada disciplina obtém-se pela média aritmética simples, arredondada às unidades, das classificações obtidas em cada módulo.

Artigo 24º - Funcionamento da equipa pedagógica/ conselho de turma

1. Da equipa pedagógica e formativa vocacional da escola devem fazer parte:
 - a) O coordenador de curso da escola;
 - b) O diretor de turma;
 - c) Os professores/formadores das diferentes disciplinas;
 - d) O psicólogo escolar que deve acompanhar todo o processo, competindo -lhe a orientação vocacional de cada aluno e promover o apoio e aconselhamento psicológico ao longo do processo de ensino, em articulação com a família.
2. O conselho de turma de avaliação ocorre, pelo menos, três vezes ao longo do ano letivo, sendo entregue ao aluno um relatório qualitativo que inclua informação global sobre o seu percurso formativo.
3. O relatório indicado no ponto anterior deve conter referência explícita a parâmetros como a aquisição e aplicação de conhecimentos, de iniciativa, de comunicação, de trabalho em equipa e de cooperação. Faz também parte deste relatório uma síntese das principais dificuldades diagnosticadas com indicações relativas a atividades de recuperação.

Artigo 25º - Avaliação Sumativa Interna

1. A avaliação sumativa ocorre no final de cada módulo de uma disciplina, com a intervenção do professor e do aluno, e, após a conclusão do conjunto de módulos de cada disciplina, em reunião do conselho de turma.

2. Compete ao professor organizar e proporcionar de forma participada a avaliação sumativa de cada módulo, de acordo com as realizações e os ritmos de aprendizagem dos alunos.
3. A avaliação de cada módulo exprime a conjugação da auto e da heteroavaliação dos alunos e da avaliação realizada pelo professor, em função da qual este e os alunos ajustam as estratégias de ensino-aprendizagem e acordam novos processos e tempos para a avaliação do módulo.
4. As classificações serão registadas pelos professores das disciplinas numa “pauta de módulo”, a qual deve ser enviada por correio eletrónico para o Adjunto da Direção responsável pelos Cursos Vocacionais e para o(a) Diretor(a) de Turma.
5. As pautas, depois de verificadas, são entregues pelo Adjunto nos Serviços de Administração Escolar para inserção de dados no programa informático de gestão de alunos.
6. Os professores devem dirigir-se aos Serviços de Administração Escolar para assinar a pauta gerada pelo programa informático de gestão de alunos e preencher os termos no respetivo Livro de Termos.
7. É da responsabilidade do(a) Diretor(a) de Turma(a) verificar a correção das pautas de módulo.
8. Concluído o procedimento com a verificação do(a) Diretor(a) de Turma a pauta será afixada.

Artigo 26º - Recuperação de Módulos em Atraso

1. Aos alunos que não tenham obtido aprovação num módulo é dada a possibilidade de, nos trinta dias subsequentes à publicação da respetiva pauta de avaliação, em conjunto com o respetivo docente, ajustar estratégias e novos processos de forma a concluir, com aproveitamento, o referido módulo. Findo este prazo, o módulo é considerado em atraso. A(s) estratégia(s) de recuperação devem ser do conhecimento do Diretor de Turma.
2. Os alunos podem requerer a realização de uma Prova Extraordinária de Avaliação em setembro, nas condições previstas no artigo seguinte.

Artigo 27º - Prova Extraordinária de Avaliação

1. Só podem realizar provas de avaliação extraordinária, em setembro, os alunos que não se encontrem excluídos por faltas;
2. Cada aluno pode realizar Prova Extraordinária de Avaliação no máximo em seis módulos, quer sejam da mesma disciplina ou não;
3. As inscrições para as Provas Extraordinárias de Avaliação realizam-se junto dos Serviços Administrativos, no período que decorre entre o final das aulas do Curso Vocacional e o dia 15 de julho;
4. As provas realizam-se na primeira semana de setembro, de acordo com Calendário a organizar pela Direção permitindo conjugar as diversas inscrições que possam ocorrer, e a afixar no final do mês de julho;
5. Cada prova corresponde a um único módulo;
6. As provas assumem preferencialmente o carácter de prova escrita, podendo, de acordo com a natureza do módulo ou da disciplina, ser realizadas na modalidade de prova oral ou prática;
7. As provas escritas e práticas terão a duração de 60 ou 90 minutos, por decisão do professor; as provas orais não deverão exceder 30 minutos;
8. A Prova terá como referência o programa de cada módulo; deverá ser publicada uma matriz da prova, até ao final de julho;
9. A prova será elaborada e corrigida pelo professor que lecionou a disciplina no ano - letivo que terminou; no caso da ausência do professor, a responsabilidade de realizar e corrigir a prova será entregue ao Grupo Disciplinar respetivo;
10. Será realizada uma chamada única para cada prova;
11. No ato da inscrição cada aluno pagará a quantia de 5 € por módulo que pretenda realizar.

Artigo 28º - Classificação Final do Curso

1. A conclusão do Curso obriga ao cumprimento do número de horas de formação previstas e à aprovação em todos os módulos do currículo, bem como nas atividades vocacionais de Prática Simulada das três áreas vocacionais;
2. A média final do curso corresponde à média aritmética das classificações de todas as disciplinas, incluindo as classificações finais das três atividades vocacionais da prática simulada.

Artigo 29º - Prosseguimento de estudos

1. Os alunos dos cursos vocacionais que concluem o 6.º ano podem progredir para as seguintes vias de ensino:
 - a) No ensino regular, desde que tenham aproveitamento nas provas finais nacionais de 6.º ano;
 - b) No ensino vocacional, desde que tenham concluído 70 % dos módulos do conjunto das disciplinas das componentes geral e complementar e 100 % dos módulos da componente vocacional.
2. Os alunos dos cursos vocacionais que concluem o 9.º ano podem prosseguir estudos nas seguintes vias de ensino:
 - a) No ensino regular, desde que tenham aproveitamento nas provas finais nacionais de 9.º ano;
 - b) No ensino profissional, desde que tenham concluído com aproveitamento todos os módulos do curso;
 - c) No ensino vocacional de nível secundário, a regulamentar, desde que tenham concluído 70 % dos módulos das componentes geral e complementar e 100 % dos módulos da componente vocacional.
3. Os alunos dos cursos vocacionais podem candidatar-se a provas finais nacionais independentemente do número de módulos concluídos com aproveitamento.

CAPÍTULO V - Considerações Finais

Artigo 30º - Período de revisão do Regulamento dos Cursos Vocacionais

Este regulamento é revisto, ordinariamente, no final de três anos, e, extraordinariamente, por proposta dos diretores de curso ou de mais de metade dos professores de um dos cursos vocacionais. É revisto por iniciativa do

Artigo 31º - Legislação

- Dec-Lei nº 139/2012 de 5 julho;
- Dec-Lei nº 91/2013 de 10 julho;
- Portaria n.º 292-A/2012 de 26 de setembro
- Despacho n.º 4653/2013, de 3 de abril
- Lei nº 51/2012, de 5 de setembro;
- Dec-Lei nº 3/2008 de 7 janeiro;
- Regulamento interno